

# Sarney decide jogar duro com parlamentaristas

## Movimento diz que 60 mil foram às ruas

Sessenta mil pessoas. Este foi o balanço dos cinco comícios já realizados pelas Diretas-88, divulgado ontem pela Coordenação Nacional do Movimento Suprapartidário, que espera dobrar este número após o próximo comício, confirmado para o dia três de setembro, sexta-feira, às 18 horas, na praça da Rodoviária, em Belo Horizonte.

A nova estratégia para o sucesso das Diretas/88 foi revelada pela Coordenação, que fixou intencionalmente as datas dos comícios no Rio de Janeiro (02/10) e São Paulo (04/10), próximos do período de votação em plenário do projeto da nova Constituição.

O vice-líder do PMDB, senador Afonso Camargo, bastante entusiasmado com o movimento pelas eleições presidenciais em 15 de novembro do próximo ano, frisou que "cada erro do governo Sarney vai custar inúmeros votos na Constituinte pela tese de um mandato de quatro anos". Para o parlamentar, "quanto maior a inflação nos próximos meses, menor será o mandato do presidente Sarney", disse. Entretanto o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna afirmou desconhecer qualquer movimento popular pelas diretas, confirmando ser favorável a cinco anos de mandato para o presidente. "Diretas agora é inoportuno, mas em 89 eu até me incorporarei", confessou.

**Paciência**  
Mas para o vice-líder do PT, deputado José Genoino, a pressão popular e a desagregação política do Governo são as principais vertentes para o sucesso das campanhas. Reconheceu que o fracasso da greve geral poderá influenciar indiretamente o movimento, mas que tudo ainda dependerá da paciência da população diante do novo engodo que é o Plano Bresser. O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, comentou ser necessária uma autocritica da CUT e CGT pois o fracasso da greve "poderá ser o início da desmoralização do setor sindical". Ao mesmo tempo denunciou a existência de acordo de elites para manutenção do parlamentarismo e do voto distrital, "que afastará ainda mais o povo das decisões centrais do país".

Para o líder do PFL, deputado José Lourenço, o movimento pedindo eleições diretas-já ou em 88 "é pura manobra de oportunista, ou seja, é um golpe". Mas para o vice-líder do PC do B, deputado Aldo Arantes, a falta de credibilidade do Governo Sarney é o principal motivo para o seu afastamento, o mais rápido possível, da Presidência da República. Previu ainda que, se o perfil da nova Constituição revelar-se conservador, um processo de revolta popular será formado a tal ponto que o Governo não terá forças para controlar, não sendo descartada a possibilidade de uma intervenção militar.

## Primeiro comício foi no Congresso

A campanha nacional e suprapartidária pelas diretas-88 foi desencadeada com a realização, no dia sete de julho, de um comício na rampa do Congresso Nacional. Os mais otimistas calcularam entre 15 e 25 mil pessoas presentes à manifestação, mas a maioria dos jornais fixou em dez mil pessoas. Brizola e Lula, ambos presidenciais, foram os mais aplaudidos, mas o show ficou por conta da dupla caipira Chitãozinho e Xororó.

Outra etapa foi um comício regional realizado dia 23 de julho em Manaus, sem contar com a presença de nenhuma personalidade política ou artística de expressão nacional, razão pela qual pouco mais de três mil pessoas prestigiaram a manifestação. A terceira tentativa do movimento pelas Diretas-88, realizada no dia sete de agosto, em Caruaru (PE), foi considerada a de maior êxito, pois conseguiu reunir, no mesmo palanque, grandes "estrelas", como os senadores Mário Covas e Afonso Camargo, Brizola, Lula e Lucélia Santos. Pelos cálculos dos organizadores, cerca de 25 mil pessoas estiveram no comício.

Outro comício regional foi realizado em Campinas (SP), dia dez de agosto. Sem a presença das lideranças partidárias, não foi possível reunir mais do que cinco mil pessoas em praça pública.

Neste último domingo, dia 23, foi a vez da cidade de Araguaína (GO) promover um comício, reunindo mais de oito mil pessoas, com as presenças de parlamentares do Movimento Unidade Progressista do PMDB, entre eles o senador Afonso Camargo e os deputados Domingos Leonelli, Vicente Bogo, Raquel Capiberibe, Cristina Tavares, Haroldo Sabóia e Aldo Arantes.

**Calendário**  
O novo calendário dos comícios pelas diretas em 88 foi divulgado ontem:

Belo Horizonte (três de setembro); Maceió (cinco de setembro); Aracaju (seis de setembro); Porto Alegre (11 de setembro); Cascavel (12 de setembro); São Luís (18 de setembro); Natal (19 de setembro); Fortaleza (20 de setembro); Goiânia (23 de setembro); Salvador (25 de setembro); Rio de Janeiro (Dois de outubro) e São Paulo (quatro de outubro).



Líder prevê crise se não houver acordo



Lourenço foi a Ulysses após estar com Sarney

## Defensores da mudança tentam entendimento para evitar crise

A decisão do presidente José Sarney de se empenhar na manutenção do sistema presidencialista está preocupando os parlamentaristas do PMDB. O deputado Luiz Henrique, líder do partido na Câmara, declarou ontem que "se forem a barra, pode até dar parlamentarismo, mas será uma solução forçada, que resultará em uma nova crise".

Já o deputado Israel Pinheiro Filho, integrante do grupo partidário do parlamentarismo com um mandato de seis anos para Sarney, ainda não perdeu a esperança de um acordo com o Presidente: "Ainda não deu, mas vamos chegar lá".

Luiz Henrique diz que o entendimento deve ser apressado, para evitar uma divisão como a que ocorreu na discussão sobre a duração do mandato presidencial: "É preciso evitar posições cristalizadas e emocionais. E também as soluções forçadas". Ele defende o parlamentarismo misto, semelhante ao adotado em Portugal.

**Papel histórico**  
Por sua vez, Israel Pinheiro Filho explica que vários políticos estão tentando convencer Sarney de seu histórico papel para a implantação do parlamentarismo no Brasil, consolidando o novo sistema de Governo até 1990. Esses políticos — o senador Afonso

Arinos e o deputado Cid Carvalho, entre outros — buscam também o apoio do deputado Ulysses Guimarães, que é presidencialista. Na avaliação de Israel Pinheiro Filho, Ulysses já está mais receptivo à proposta parlamentarista.

Ulysses, na realidade, continua trabalhando ativamente pelo presidencialismo, numa articulação com o presidente do PFL, senador Marco Maciel, e o próprio Sarney. Nos últimos dias, ganharam como consideráveis reforços os governadores que, em sua maioria, tentam influenciar suas bancadas a votar favoravelmente à manutenção do presidencialismo.

## Newton prefere eleição em 88 a novo sistema

Belo Horizonte — «Eu preferiria eleições no ano que vem a ver o Brasil adotar o parlamentarismo». A opinião é do governador Newton Cardoso, que fez ontem um apelo aos constituintes para que «meditem» sobre o risco de se adotar esse sistema de Governo, num País que não tem tradição parlamentarista e cuja única experiência nesse sentido — no Governo João Goulart — «foi um lamentável fracasso».

Esta posição, entretanto, não significa, de acordo com Cardoso, que ele tenha deixado de defender cinco anos de mandato para o presidente José Sarney: «Não me julguem mal. Dos males, o menor» — disse.

O governador argumentou com o exemplo italiano, onde, segundo pensa, o regime foi abalado por sucessivas quedas de gabinetes. Newton acha que o Brasil não tem estrutura partidária para sustentar o parlamentarismo e que as dificuldades econômicas e sociais do País podem tornar a experiência traumática. Além disso, ele entende que adotar o sistema parlamen-



Newton Cardoso

tarista seria o mesmo que «institucionalizar o colégio eleitoral. Nós, que sempre lutamos contra ele».

Newton Cardoso não vê com simpatia a formação de blocos parlamentares dentro do PMDB e da Constituinte, em função das insatisfações partidárias. Para ele, a legislação partidária é suficientemente aberta para permitir a acomodação dos insatisfeitos.

## Quércia quer bancada maior

São Paulo — Se a Assembléia Nacional Constituinte decidir pela institucionalização do parlamentarismo no Brasil, não terá como deixar de aumentar a representatividade do Estado de São Paulo, que deverá, neste caso, ser absolutamente proporcional ao número de habitantes. Essa afirmação foi feita ontem, no Palácio dos Bandeirantes, pelo governador Orestes Quércia, que continua defendendo a manutenção do sistema presidencialista. No entanto, diante da tendência na Constituinte de institucionalizar o parlamentarismo, Quércia acha inevitável o aumento da bancada federal por São Paulo.

Este foi um dos assuntos que

Quércia discutiu ontem com o deputado federal Michel Temer: "Estou muito atento a essa questão da Constituinte", disse Quércia. E penso que a questão da representação de São Paulo é um aspecto importante. Acho que, se tivermos a institucionalização do parlamentarismo, vai ser muito difícil que o Congresso Constituinte limite a representação de São Paulo. Com o parlamentarismo, São Paulo terá que contar com uma representação efetiva, de acordo com a sua população. São Paulo não pode ficar com 80 deputados". Para Quércia, o número ideal de deputados, no caso do parlamentarismo, seria em torno de 105 representantes paulistas.

## Alvaro libera constituintes

Porto Alegre — O governador Alvaro Dias disse que não pressionará os constituintes do PMDB do Paraná sobre questões como a forma de Governo e a duração do mandato presidencial, porque «a Constituinte deve ser resultado das aspirações políticas coletivas e não as de setores de um partido». Sobre o mandato do presidente José Sarney, que pelas características de transição defende ser de cinco anos, ele acha que a sua duração depende do "sucesso do Plano Bresser".

«A questão econômica e social vai se refletir profundamente na Constituinte. É provável que o mandato do presidente Sarney seja de cinco anos, se o Plano Bresser for bem. Se não, se frustrar as aspirações populares, é natural que as eleições sejam antecipadas», disse o governador paranaense,

que acha ideal para os futuros mandatos presidenciais o prazo de quatro anos, com direito a uma reeleição. Ele também é a favor do parlamentarismo, «mas para que ele não seja frustrado no final da transição democrática, deve ser precedido de eleições presidenciais, porque não resistiria, na desorganização atual, às turbulências normais deste sistema».

Quanto às afirmações do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, de que são justamente as pressões dos governadores e prefeitos contra os cortes no déficit público que colocam em risco o sucesso do seu plano macroeconômico, o governador Alvaro Dias respondeu que «é evidente que sem determinação do Governo não rã cortar o déficit». Porém, ressaltou que «deve ser estabelecida a relação custo-benefício dos investimentos».

## Pedido prazo de adaptação nos Estados

O deputado peemedebista Osvaldo Lima Filho, integrante da Comissão de Sistematização da Constituinte, defendeu ontem a ampliação do prazo para a adaptação das constituições estaduais à nova Constituição Federal. A primeira versão aprovada pela Comissão estabelece que o prazo deve ser de seis meses após a promulgação da nova Carta.

Osvaldo Lima Filho entende que esse prazo "deve ser bem maior, principalmente se a Constituinte aprovar a adoção do sistema parlamentarista de governo". Em relação à implantação desse sistema a nível estadual, o deputado pernambucano acha que isso somente deveria ocorrer depois de 1990, com a eleição de novos governadores.

Argumenta o deputado peemedebista que os governadores eleitos por via direta no ano passado consolidaram, na maioria dos estados, uma força política muito grande, que tenderia a provocar confrontos com as Assembleias Legislativas — com repercussões negativas no terreno administrativo.

**Contenção**  
Apesar dessa argumentação, Osvaldo Lima Filho continua a defender a adoção do parlamentarismo a nível federal, como instrumento de contenção do "centralismo e do autoritarismo do Governo".

O deputado baiano Domingos Leonelli, um dos coordenadores do Movimento de Unidade Progressista do PMDB, afirma que não há necessidade de extensão do parlamentarismo aos estados, considerando que esse sistema é mais ajustado aos governos nacionais do que aos locais.

O ex-deputado João Gilberto tem opinião semelhante. Ele observa que até aqui não surgiu qualquer dispositivo tornando obrigatória a adaptação do sistema nos estados e considera que tal adaptação enfrentaria algumas dificuldades.

## Schwartz vê nova forma como a ideal

João Pessoa — O ministro do Desenvolvimento Urbano, Deni Schwartz, revelou-se em entrevista, defensor da implantação no Brasil, do regime parlamentarista de Governo. Ao manifestar a esperança de que a nova forma de Governo venha a ser aprovada pela Assembléia Nacional Constituinte, ressaltou que a sua opinião sobre o assunto, «defendida há muito tempo», é pessoal.

Ele se mostrou certo de que «o parlamentarismo é o regime que permite as modificações que o povo brasileiro anda buscando». Observou, em seguida, que apenas um Presidente civil brasileiro conseguiu terminar o seu mandato, depois de 1945.

«Os demais presidentes saíram antes do tempo. Assim, eu prefiro que, ao invés de sair o Presidente, saia o gabinete. Esta é uma opinião pessoal que eu defendo há muito tempo».



O presidente Sarney vai atuar ativamente no sentido de derrubar as tentativas de implantação do parlamentarismo no Brasil. A informação é do líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), acrescentando que ele e o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, farão uma lista, para enviar a Sarney, com os nomes dos deputados com quem o presidente deverá conversar para tentar reverter toda e qualquer tendência parlamentarista no Congresso.

Lourenço, que esteve ontem com Sarney, festejou a decisão do Presidente da República, enfatizando que, como chefe do Governo, "ele tem que tomar decisões de acordo com o que considera que seja bom para o País". O presidente "é presidencialista, e tem que trabalhar por aquilo em que ele acredita", acrescentou o líder pefelista, que continua apostando na hipótese de manutenção dessa forma de governo. Na Câmara, segundo levantamento feito pela liderança pefelista, a maioria presidencialista "é de cerca de 80 por cento". No Senado, o líder Carlos Chiarelli (RS) diz que a situação se inverte, embora possam ocorrer surpresas. O senador José Agripino (PFL-RN), por exemplo, disse ontem que já não é mais um "parlamentarista convicto", pois a convenção do PMDB — segundo ele — demonstrou que a classe política não está suficientemente amadurecida para esse sistema de governo.

## Sant'Anna nega participação

O líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, negou ontem qualquer ação conjunta com o líder do PFL, deputado José Lourenço, para identificar os constituintes que defendem o presidencialismo. Não descartou, no entanto, a hipótese desse trabalho estar sendo articulado isoladamente por Lourenço ou qualquer outra liderança.

Carlos Sant'Anna despachou ontem pela manhã com José Sarney. afirmou que o presidente está tranquilo em relação ao substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, "que deverá optar pelo parlamentarismo misto". Na sua opinião, essa prorrogação do prazo para a apresentação do substitutivo deverá colaborar para que Cabral "perceba que o acolhimento da emenda Arinos — parlamentarismo puro — contraria os resultados obtidos até agora na Constituinte".

Segundo estimativas da li-

**Sem maioria**  
José Lourenço disse que não identifica no momento o apoio do parlamentarismo. Apesar de haver informado que fará uma lista de deputados que devem ser recebidos por Sarney, ele acrescentou que todos acabarão indo ao Palácio do Planalto, para prestigiar também os que já aderiram ao presidencialismo. A par disso, desencadeará sua própria ação dentro da sigla, procurando reverter tendências parlamentaristas.

O líder Carlos Chiarelli admite que a situação é difícil para os que, como ele, são parlamentaristas. Em relação à postura do líder na Câmara, ele lembra que a defesa do presidencialismo não é uma posição partidária "e jamais será uma imposição", não havendo portanto nenhuma incoerência em defender o parlamentarismo, já que o PFL nunca fechou questão sobre formas de governo.

Chiarelli acrescenta ainda que, não havendo uma coordenação forte dos parlamentaristas, há o "risco" de se ver aprovar a proposta constante do projeto do relator, o que pressupõe a hipótese de sistemas mistos, que ele não aceita. O senador vê ainda outros "complicadores" para os parlamentaristas, como a defesa da eleição indireta para presidente quando o povo já se definiu por diretas, e ainda a compatibilização do sistema parlamentar nos Estados. Em relação à primeira questão, diz que aceita até que o primeiro Presidente da República seja eleito diretamente, desde que a população seja esclarecida de que será apenas chefe de Estado, "para que não haja cobranças depois".

## Governo terá respaldo

**Parlamentares presidenciais ligados ao presidente José Sarney estão inclinados a sustentar, perante a Comissão de Sistematização da Constituinte, a manutenção do presidencialismo, pelo menos até o final do mandato do atual chefe de Governo.**

**Teoricamente, conforme explicou o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, não há qualquer impedimento regimental a essa tentativa. Amanhã, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, do PMDB do Amazonas, apresentará seu substitutivo Constitucional àquele órgão. No prazo de seis dias, tal substitutivo terá de ser votado e qualquer constituinte poderá defendê-lo na comissão.**

**Findo o prazo de discussão e votação da matéria, haverá nova oportunidade para que ela seja outra vez modificada.**

**O deputado Mário Moreira, do PMDB de São Paulo, integrante da Comissão de Sistematização, esclarece que, neste órgão, o presidencialismo ou o parlamentarismo, terá de ser aprovado por maioria absoluta de votos, isto é, com o apoio de pelo menos 48 constituintes.**

**A maioria do PMDB garante que a tese do parlamentarismo é majoritária na Constituinte. O deputado Humberto Souto, do PFL de Minas, acredita que a Constituinte deva aprovar o parlamentarismo, concedendo, no entanto,**

**seis anos de mandato ao presidente Sarney.**

**Status**  
**O representante mineiro reconhece, porém, que um grupo ponderável de pefelistas é favorável ao presidencialismo e muitos constituintes que assim pensam deveriam empenhar-se pela manutenção de tal sistema de Governo.**

**O desfecho da luta entre presidencialistas e parlamentaristas — posições que pareciam ser as mais extremadas na Constituinte, juntamente com a questão do mandato presidencial, a anisita e a reforma agrária — estava gerando apreensão entre os constituintes, na medida em que a desinformação em torno do assunto era quase geral, fora das cúpulas partidárias e do círculo de frequentadores do Palácio do Planalto.**

**O Presidente da República tinha reafirmado, em vários encontros, no final da semana, suas convicções presidencialistas, por entender que só assim teria condições de responsabilizar-se pelo prosseguimento da transição política, sob seu Governo. Entre os parlamentaristas sustentava-se, que ninguém estava pensando em afrontar o chefe do Governo e que só alguns amigos de Sarney, especialmente os que desfrutavam de maiores poderes, no momento, procuravam espalhar aquela versão, com o objetivo de provocar crises, e assim, preservar o "status quo" que lhes é favorável.**

## Freire alerta para pressão

Recife — O líder do PCB na Constituinte, Roberto Freire (PE) disse ontem que os defensores da implantação do regime parlamentarista devem ficar atentos de agora em diante porque tanto o Governo Federal quanto alguns governadores que aspiram à Presidência da República tendem a deflagrar todo tipo de pressão visando a manutenção do presidencialismo.

Mesmo assim, ele tem confiança na "firmeza" dos adeptos do regime de gabinete que, segundo ele, tem a ampla maioria da Constituinte. Acrescentou que o que o deixa otimista em relação à mudança do sistema de Governo é a opinião generalizada dos constituintes de que o parlamentarismo é mais democrático do que o pre-

sidencialismo. "Mesmo os que são contrários ao parlamentarismo já o são por questão de conjuntura, jamais por princípio. Isso faz com que quanto mais a tese seja debatida mais ganhe adeptos, na Constituinte e na própria sociedade" afirmou o deputado.

Roberto Freire acha que o discurso do senador Afonso Arinos reclamando a aprovação do parlamentarismo teve grande influência na Constituinte, porque alguns parlamentares que estavam em dúvida acabaram chegando à conclusão de que o Senador pelo Rio de Janeiro está com a razão. Para ele, não procede a alegação de que o parlamentarismo não funcionaria bem num País que não tem tradição de partidos políticos fortes.